



As viagens de educadores portugueses no século XIX: dos estágios de formação específica às visitas de estudo

Áurea Adão¹

Resumo

No decurso da Monarquia Constitucional portuguesa, tiveram lugar deslocações ao estrangeiro com vista ao aperfeiçoamento profissional; se algumas se faziam auferindo as chamadas *pensões* do Estado, muitas outras eram suportadas pelos próprios intervenientes. Geralmente, eram professores dos ensinos normal primário e secundário e de escolas superiores, lentes da Universidade de Coimbra, directores e outros responsáveis de estabelecimentos, recém-licenciados, funcionários superiores da Administração central ou personalidades com actividade política voltada para uma determinada área do conhecimento que realizavam essas deslocações, traduzidas em estágios de formação especializada, obtenção de graus académicos, visitas a instituições educativas e científicas, participação em exposições universais e congressos internacionais. O estudo aqui apresentado tem como objectivo desvelar um pouco dessa actividade, baseado na investigação de fontes primárias desde estudos produzidos (relatórios, conferências, artigos) aos discursos parlamentares.

Palavras-chave: Viagens de educadores, visitas de estudo

Abstract

During the Portuguese Constitutional Monarchy, professionals travelled overseas aiming at advanced professional training; if some of them were made earning the so-called state *grants*, many others were supported by the actors themselves. Generally, those who carried out these missions were teachers of normal primary and secondary schools and of higher education schools, professors from the University of Coimbra, directors and other managers of institutions, graduates, senior officials of the central government or dignitaries with political activity directed towards a specific area of knowledge; these missions consisted of internships of specialized training, attainment of academic degrees, visits to educational and scientific institutions, participation in worldwide exhibitions and international conferences. The study presented here aims at uncovering some of that activity, based on research of primary sources, ranging from studies produced (reports, conferences, articles) to parliamentary speeches.

Key Words: Educators travels, study visits

Após a Revolução liberal de 1820 e até finais do século XIX, as acções do poder político central, no sector da Instrução Pública, situavam-se a nível das reformas do sistema educativo e, muito especialmente, dos ensinos primário e secundário. Mas, dois grandes obstáculos impediam a aplicação das reformas que se iam sucedendo: as dificuldades financeiras devidas às

¹ UI&D de Educação e Formação do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

crises constantes por que Portugal foi passando e a falta de uma estrutura central especialmente dedicada à Educação. Da parte do poder legislativo, a preocupação de alguns deputados residia na procura de concretização de algumas das medidas promulgadas, quer nos subsistemas de ensino primário e secundário, quer no funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, incluindo a Universidade de Coimbra.

Tanto os conteúdos dos normativos provenientes da Administração central como das intervenções na Câmara dos Deputados, apresentavam-se apoiados em elementos de educação comparada. Os seus autores recorriam ao conhecimento das realidades estrangeiras, muito mais, daquelas que se situavam além-Pirinéus, conhecimento esse recolhido preferencialmente a partir de leituras de textos de teóricos e políticos. No Parlamento português, citavam-se frequentemente as estruturas educativas de França, da Alemanha, da Prússia, da Bélgica, dos Estados Unidos... Recordava-se o pensamento e as intervenções de autores, quase sempre franceses, como Victor Cousin, Girardin, Jules Simon, Jules Ferry, ou recorria-se, a partir de 1870, aos livros de Célestin Hippeau sobre o ensino em diversos países nos quais o autor procurava analisar o que era considerado necessário e importante para integrar todo o sistema de ensino público nas tendências educativas de Oitocentos.

As leituras feitas não substituíam, contudo, as deslocações para estudo. Um desses viajantes/bolseiros reconhece que uma visita a uma instituição científica ou educativa, ainda que seja breve, continuava a ser da maior utilidade, na segunda metade do século XIX, já numa época em que “mal aparece uma ideia nova, logo se dá à estampa e se ostenta, por toda a parte, de mil maneiras”. Mas, “uma coisa é o que se lê, outra o que se vê” (Souza, 1862, p. 5).

A definição de estruturas educativas sobrepunha-se às questões relacionadas com o currículo escolar, nomeadamente conteúdos de ensino, metodologias e o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, a atenção não era muito prestada ao conhecimento concreto das inovações que se iam dando nos países mais adiantados.

O Orçamento anual do Estado dedicava um capítulo à Instrução Pública, inserido no Ministério de sua tutela, o do Reino. Eram contempladas grandes rubricas referentes aos níveis de ensino e aos estabelecimentos principais. Nesse contexto, a inserção de quantias destinadas a deslocações ao estrangeiro com vista ao aperfeiçoamento profissional está quase sempre ausente. E, de 1865 a 1868, não foram despendidas verbas para estudos no estrangeiro². Se acontecia o contrário, essa excepção devia-se ao facto de algum membro da

² *Diário de Lisboa*, sessão de 29 de Maio de 1868, p. 1209.

Comissão de Instrução Pública das Câmaras dos Deputados e dos Pares ter como ocupação principal um lugar no sector administrativo da Instrução Pública ou desempenhar o magistério, de preferência, no ensino superior.

A atribuição de financiamentos para essas especializações surgia, por vezes, durante os debates considerando-se, geralmente, que as verbas eram mal gastas. Já em 1864, por exemplo, um deputado reclamava maior vigilância governamental quanto à utilidade dessas estadias:

Não julgue a câmara que eu não quero que vá gente estudar lá fora por conta do governo. Eu quero que vá para aprender nas academias, nas universidades e nos estabelecimentos literários e científicos aqueles objectos sobre que nós não estamos ainda bem adiantados; mas o que peço (...) porque é justo, é que essas pessoas (...) venham ensinar as doutrinas que aprenderam³.

E o mesmo deputado refere algumas situações:

O que vemos nós com relação ao ministério das obras públicas? Sujeitos que vão estudar estradas e caminhos de ferro, em lugar de virem depois explicar o que estudaram por conta do estado, vão ministrar os seus serviços a empresas particulares, e não vão para a universidade e escolas. (...) O mal não é de agora. Já no tempo antigo iam alguns professores da universidade de Coimbra estudar fora a expensas do país, e de todos só um voltou para a sua cadeira da universidade⁴.

Porém, estas observações em tom crítico estendem-se por todo o século XIX. Na Câmara dos Deputados, em finais de 1883, por exemplo, discutindo-se a falta de verbas para as câmaras municipais cumprirem com exactidão os encargos com o ensino primário nas suas localidades, um dos oradores, pedindo o fim deste “estado de coisas”, lembra: “e para tanto mais que vemos todos os dias serem gratificados indivíduos para estudarem no estrangeiro coisas de muito menos valor, do que ministrar a instrução do povo”⁵

No entanto, reconhecia-se que, para quem adquiriu um certo nível de formação, as visitas e estágios eram importantes para “alargar e modificar as ideias adquiridas, ver a realização prática delas, observar métodos de ensino, sentir, enfim, a força dos recursos de que dispõem as grandes nações” (Souza, 1862, p. 5).

Quem realizaria essas visitas de estudo e (in)formação? Geralmente, eram professores dos ensinos secundário e superior; já reconhecidos nas suas especializações, ou funcionários superiores da Administração central ou personalidades com actividade política voltada para uma determinada área do conhecimento.

³ Intervenção do deputado José de Moraes, na sessão de 20 de Maio de 1864. *Diário de Lisboa*, 21 de Maio de 1864, p. 1650.

⁴ *Idem, ibidem*.

⁵ Intervenção do deputado Francisco de Campos. *Diário das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados*. 1883, Lisboa, sessão de 22 de Dezembro, p. 1852.

Pela pesquisa realizada, percebemos que houve por toda a centúria de Oitocentos a necessidade de conhecer o funcionamento de instituições educativas que se pretendia criar em Portugal ou aperfeiçoar as suas estruturas e também de preparar actualizadamente um número reduzido de especialistas que ficassem aptos a formar outros docentes portugueses e a desenvolver um ensino qualificado. Para estes casos, serviam os estágios no estrangeiro e as viagens de estudo, acerca dos quais encontrámos, até agora, pouca informação ou porque esse material nunca tenha existido ou porque se encontra por tratar em algum Arquivo ou esquecido em acervo de instituição educativa.

1. Os estágios de formação especializada

Ao longo do século, os poucos estágios de formação especializada de que conseguimos obter as respectivas fontes, são realizados por professores dos ensinos normal e liceal e de Escolas de ensino superior, por lentes da Universidade de Coimbra, por directores e outros responsáveis de estabelecimentos, por recém-licenciados. Eram suportados directamente pelo Erário público e pelas instituições a que esses bolseiros estavam agregados.

– *Uma nova formação para o ensino primário*

Tendo em atenção que a escola de ensino primário, no século XIX, em Portugal, estava sobretudo dirigida para um ensino eficaz da leitura, da escrita, da aritmética e da doutrina cristã, embora as primeiras escolas normais tenham entrado em funcionamento estável a partir de inícios de 1870, não conseguimos localizar material útil que nos dê informação acerca da deslocação ao estrangeiro de professores de ensino primário.

Pouco tempo depois da Revolução liberal, temos conhecimento de um estágio do professor João José Lecocq, durante seis meses, numa escola normal de Paris onde se praticava o ensino mútuo. No seu regresso, publica um *Plano de fundação de uma escola normal* (1823) em que desenvolve os princípios estruturantes do ensino mútuo que, sublinha, a exemplo do que acontecia com todas as outras “ciências” e “artes práticas”, tinha por base o conhecimento de um pequeno número de regras simples; embora fáceis de fixar, podiam ser de aplicação complexa na medida em que estavam condicionadas pela interpretação que delas fizessem tanto os adultos como os alunos intervenientes no processo. Decorrente da sua estadia em Paris, Lecocq chama a atenção para o facto de “a maior parte dos Professores que se contentaram com ler os livros que tratam esta matéria, ousaram mudanças, que longe de serem modificações, transtornaram todo o método” (1823). Depois deste estágio, ele virá a ser o Director da Escola de ensino mútuo destinada

à formação de professores, aproveitando assim o Governo os conhecimentos por ele adquiridos. Corresponde, porém, a uma experiência pouco duradoira.

Durante o século XIX desenvolvem-se os estudos sobre a instrução pública em países da Europa, numa época em que o progressivo desenvolvimento económico apela à necessidade de escolas diferenciadas. E, ao mesmo tempo, as nações mais desenvolvidas realizam experiências a fim de aperfeiçoar cada vez mais o seu próprio sistema escolar. Em Portugal, esta situação estimula as viagens de informação educativa e os estágios pedagógicos. Em finais da década de 1870 e inícios da seguinte, o interesse pelo sistema Froebel conhece maior amplitude não só com a intensificação de actividades de propaganda como iniciando-se algumas experiências práticas, nomeadamente nas cidades de Lisboa e Porto. O deputado republicano Rodrigues de Freitas, numa análise ao funcionamento do ensino primário, critica os métodos tradicionais usados e defende a criação de jardins de infância à semelhança dos *kindergarten* alemães. Apontando os benefícios educativos do sistema Froebel, sugere: “Não custaria muito mandar uma senhora portuguesa estudar os jardins da infância na Alemanha ou na Suíça; ela viria ensinar professoras em Portugal”⁶. A Câmara Municipal de Lisboa, cumprindo as suas responsabilidades na administração descentralizada do ensino primário, mostra-se partidária do sistema e estabelece um *Jardim de Infância pelo método de Froebel*. Por ocasião da Exposição Universal de Paris de 1889, um Subdirector do Serviço Geral de Instrução desta Câmara foi autorizado pela respectiva Vereação⁷ para visitar o evento mas também para proceder a um estudo sobre o funcionamento das escolas de ensino primário de Paris. Elabora um relatório muito pormenorizado ao qual junta algumas gravuras relativamente a edifícios e a equipamento usado, destacando-se um modelo de carteira adequado à idade dos alunos (Pinto, 1890).

– *Formação para um melhor desempenho no ensino secundário liceal*

Para o corpo docente do ensino secundário liceal não estão definidas condições de formação literária e pedagógica, nos primeiros anos de criação dos liceus. Mas, o Decreto de Passos Manuel (1836) e as reformas que se lhe sucederam fazem depender o provimento das cadeiras de um exame público de habilitação, precedido de um concurso aberto pelo período de 60 dias, espaço temporal em que os candidatos se deviam preparar convenientemente. Do nível de aptidão revelado no exame, dependia o tipo de provimento e consequente atribuição da categoria profissional. Esta modalidade de admissão seria mais

⁶ *Diário das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados*. 1879, sessão de 7 de Maio, p. 1599.

⁷ Sessão da Câmara Municipal de Lisboa em 21 de Agosto de 1889.

dirigida aos professores das áreas humanísticas pois para os docentes das áreas de ciências exactas e aplicadas a preparação constituiria grande dificuldade por existirem em número muito reduzido, em Portugal, os estabelecimentos de ensino que estavam em condições de ministrar essa formação.

O Conselho Superior de Instrução Pública, em princípios de 1853, informa que dos diversos assuntos aprovados para a sua agenda de trabalhos consta a discussão sobre “qual será o método mais económico para formar bons mestres de ciências com destino ao ensino dos liceus”⁸. Um ano depois, o mesmo Conselho mostra-se esperançado de que nas escolas *especiais* (Instituto Industrial, escolas industriais, Escola de Belas Artes) se venham a preparar os professores para o ensino das disciplinas de carácter científico, superando assim a falta de escolas normais. Com as vicissitudes por que passa toda a instrução pública, estas especializações não chegam a realizar-se e o número de professores candidatos àquelas cadeiras é reduzidíssimo, ou mesmo, em certos anos lectivos, nulo. Por isso, no que concerne às disciplinas das áreas de ciências exactas e aplicadas a falta de professores com uma preparação específica mantém-se por muitos e muitos anos.

A formação dos professores começa a apresentar-se como uma preocupação quase generalizada por parte especialmente dos liceus em funcionamento. Por exemplo, o Conselho do Liceu de Lisboa, em finais de 1849-1850, lamenta que nem sequer no papel se tenha lançado “a semente de um bom magistério para o futuro”. Em Portugal, os bons professores são “felizes acaso, filhos de si mesmos e de uma sorte, e não resultados consequentes, esperados e seguros, fruto de disposições legais”⁹. Já em 1849, o Ministro do Reino que tutela o sector da Instrução Pública, reconhece ser necessário que os docentes para esse ensino, a quem ele chama de *especiais*, sejam preparados com os conhecimentos, métodos e práticas adoptados nos países mais desenvolvidos.

O deputado Jeronymo José de Mello reconhece que a questão maior da instrução pública está na falta de habilitação dos docentes, surpreendendo-se de ver que, em meados do século XIX, se utiliza a antiguidade como “princípio para servir de habilitação ao sacerdócio do ensino”, quando esta “questão do saber jamais se pode resolver pela idade”¹⁰. Em inícios do ano seguinte, apresenta com outros seus colegas um Projecto de Lei com vista à autorização da nomeação de seis indivíduos com estudos de Ciências Físico-Matemáticas para frequentar, no estrangeiro, cursos de especialização no ensino da Agricultura

⁸ A 30 de Abril de 1853. O *Instituto*, ano II, n.º 15, 1 de Novembro de 1853, p. 171.

⁹ Relatório datado de 19 de Agosto de 1850 (Murta, 1953, pp. 46-52).

¹⁰ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados. 1850*, sessão de 25 de Julho, p. 213.

Prática e Veterinária, da Geometria, Mecânica e de Química com aplicação às Artes¹¹. Dois daqueles estagiários seriam destinados ao ensino da Agricultura em escolas superiores e os outros quatro para o ensino nos liceus. A especialização teria a duração de dois anos e seria atribuída uma bolsa mensal. Reserva-se para regulamento especial a definição de direitos e deveres dos bolseiros bem como as provas de aptidão para a candidatura, regulamento esse que não chegaria a ser elaborado. Quanto ao andamento daquele projecto, apenas conhecemos uma carta, datada de Março do mesmo ano, da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados pedindo parecer à Comissão de Orçamento.

Alguns anos mais tarde, o Ministério do Reino reconhece que não existem docentes especialmente preparados para reger os cursos de Geometria, Mecânica, Química e Física Aplicada às Artes e Ofícios, bem como os de Agricultura e Economia Rural e Industrial: seria urgente que alguns deles fossem preparados em bons Centros pedagógicos estrangeiros¹². É opinião geral que, para a introdução destas novas áreas do conhecimento no ensino secundário liceal, torna-se indispensável “que o Governo mande viajar alguns homens de ciências naturais, e observar a forma, por que se regula este ramo de instrução nos países, em que é mais cultivado”¹³.

Na verdade, sabemos que foram enviados professores do ensino secundário liceal ao estrangeiro com vista a obter esses conhecimentos. Para o período de 1860-1876, foram localizadas onze licenças concedidas para essas deslocações ao estrangeiro tendo em vista especializações profissionais (Campos, 2006, p. 233). Porém, dos resultados desses estágios não encontramos informações.

– Especializações em áreas dominantes do ensino superior

Como sabemos, a reforma realizada na Universidade de Coimbra pelo Marquês de Pombal no sentido de modernizar as suas estruturas e o seu funcionamento não teve uma concretização visível nem mesmo depois da Revolução Liberal. Por essa razão, era sentida a necessidade de criar condições financeiras e administrativas para que alguns lentes, não só de Coimbra como de outras Escolas de ensino superior, pudessem estagiar no estrangeiro e adquirir conhecimentos de modo a modernizar os seus métodos e práticas.

A nível da Câmara dos Deputados, esta questão levantou-se uma ou outra vez, por ocasião da apreciação dos Orçamentos anuais do Estado. Por exemplo, em 1857, a Comissão de Instrução Pública, por julgar “de absoluta

¹¹ *Idem*, sessão de 2 de Março, p. 10.

¹² *Relatório do Ministério do Reino, apresentado às Câmaras Legislativas*, em 22 de Junho de 1852 (Arquivo Histórico Parlamentar, acervo da Câmara dos Deputados, caixa 149-V).

¹³ *A questão da instrução pública em 1848*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1848, p. 14.

necessidade”, propõe que seja contemplada uma verba destinada a três professores de Ciências Naturais, de Coimbra, de Lisboa e do Porto, “os quais, sob propostas das respectivas faculdades ou escolas, o governo deverá mandar anualmente estudar fora do reino a parte prática de alguns dos ramos que nas mesmas faculdades e escolas se professam”¹⁴.

Do pouco material obtido, destacamos aqui os estágios de um lente substituto de Histologia e Fisiologia Geral, então, secretário da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que poderão ser semelhantes a alguns outros.

António Maria de Senna, em finais da década de 1870, por Portaria régia, foi incumbido de estudar no estrangeiro a histologia e fisiologia experimental do sistema nervoso segundo a visão de especialistas da época, como Charcot e Brown-Séquard, e estudar igualmente os meios técnicos de realizar as experiências¹⁵. Estagiou na Faculdade de Medicina de Paris e na respectiva Escola Prática durante dez meses, tendo produzido três relatórios desenvolvidos (Senna, 1879a, 1879b, 1880) em que dá conta dos trabalhos de anatomia em que participou, dos cursos públicos que frequentou e descreve os espaços e a organização das instituições onde estagiou, a pensar, diz ele, em possíveis alterações a introduzir em Portugal. É interessante registar que este bolseiro, na sua viagem para Paris, permaneceu alguns dias, em Madrid, para visitar a Faculdade de Medicina e contactar com alguns dos seus pares.

António Maria de Senna terminara o curso de Medicina dois anos antes da sua viagem, com 31 anos, defendendo uma tese de doutoramento intitulada *Análise espectral do sangue*. Já depois daqueles seus estágios, foi promovido a professor catedrático de Anatomia Humana Descritiva e Comparada. E, reconhecido o seu trabalho como psiquiatra, em 1881 foi nomeado para o cargo de Director-Instalador do Hospital de Alienados do Conde Ferreira no Porto. Quase no final da sua vida e depois de um trabalho meritório na área em que se tinha especializado, foi eleito par do Reino¹⁶.

Outro exemplo de uma formação especializada no estrangeiro, podemos encontrá-la numa *viagem científica* autorizada a um outro professor de Histologia e de Fisiologia Geral da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, viagem essa programada inicialmente para um ano e que durou cerca de ano e meio. Acompanhado de um seu assistente¹⁷, Costa Simões teve a obrigação de estudar no estrangeiro “os processos práticos de histologia e a fisiologia experi-

¹⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. 1857, sessão nocturna (n.º 14) de 17 de Junho, p. 297.

¹⁵ Portaria de 7 de Agosto de 1878.

¹⁶ Em 30 de Março de 1887 (Silva; Silvério, 2006, p. 622).

¹⁷ Ignacio Rodrigues da Costa Duarte.

mental e enviar relatórios semestrais sobre o andamento dos seus trabalhos e a organização curricular das Universidades que foram visitando¹⁸. Ao assistente é recomendado “o estudo prático dos últimos aperfeiçoamentos da medicina operatória”. Esta visita vai estender-se pela França (Universidade de Paris), Bélgica, Holanda, Suíça, Alemanha (Universidades de Munique, Berlim e Göttingen) e a Áustria (Universidade de Viena). Foram elaborados quatro relatórios e, no último, o bolsheiro estabelece uma comparação entre o ensino no estrangeiro e o que existe na Universidade de Coimbra, apresentando as reformas que julga convenientes na sua Faculdade de Medicina. E prepara um apêndice com o *Sistema geral do ensino médico em França, Bélgica, Alemanha e Portugal* (Simões, 1866, p. 71).

Estas visitas eram consideradas de grande importância para o ensino da Medicina, muitas vezes abordadas pelos parlamentares, como podendo constituir efeito multiplicador de formação. Àquele lente vem a ser concedida uma dispensa de serviço no último semestre do ano lectivo de 1865-1866, ou seja, imediatamente após o seu regresso, “a fim de proceder à verificação dos trabalhos práticos, de que se ocupou oficialmente nas suas viagens”¹⁹.

– Para uma formação académica inicial

Alguns jovens optavam por obter a sua formação académica fora do país, especialmente nas áreas de Belas Artes, Engenharia e Medicina, mediante a atribuição de uma bolsa por parte do Estado. Seriam em pequeno número uma vez que uma estadia no estrangeiro, no século XIX, ainda que suportada pelo Estado, não estaria acessível a todo o jovem, mesmo os que a pretendessem.

Particularmente para aqueles que, após o ensino secundário liceal, tinham como destino escolar o prosseguimento dos estudos superiores artísticos, nomeadamente, a Arquitectura, a Escultura e a Pintura, a permanência num estabelecimento de ensino situado além-Pirinéus corresponderia a uma oportunidade a não desprezar. A esses aspirantes a uma carreira artística, ser-lhes-ia permitido acederem às obras e usufruírem dos ensinamentos dos “grandes mestres”, que funcionavam como modelos que deveriam guiar a produção dos mais jovens. Existem informações sobre um pequeno número de portugueses que foram frequentando a *École des Beaux-Arts* de Paris, cidade que, nos anos de Oitocentos, já estava elevada a uma metrópole cultural onde se concentrava um conjunto notável de instituições artísticas. Juntavam-se àquela Escola, o Museu do Louvre e o afamado Salão Parisiense anual, espaço por excelência de

¹⁸ Portaria de 18 de Agosto de 1864. A Portaria de 30 de Agosto de 1865 autoriza o prolongamento da viagem.

¹⁹ Portaria de 19 de Dezembro de 1865.

consagração de artistas. E, paralelamente a estas instituições, havia toda uma rede de *ateliers* e de instituições particulares. Alguns desses pensionistas, em final de cada ano lectivo, enviavam os seus trabalhos para participarem nas exposições dos alunos da Escola de Belas Artes de Lisboa²⁰.

No que respeita aos estudantes de Medicina, estamos em crer que muitos iam obter a sua formação em Espanha. Em inícios de 1871, o deputado Júlio Caldas Aulete apresenta um Projecto de Lei no sentido de serem consideradas “válidas em Portugal as cartas dos cursos que habilitam para exercer uma profissão” passadas pelos estabelecimentos de ensino espanhóis. Esta pretensão baseia-se no facto do governo de Espanha ter já reconhecido as habilitações adquiridas em Portugal e apelar-se a uma “reciprocidade nas concessões feitas por uma nação à outra”²¹. Gera-se então um amplo movimento da parte dos estudantes do ensino superior: uns, apoiando a medida proposta; outros, opondo-se a ela²².

2. As viagens de estudo e recolha de elementos

Encontrámos um número significativo de informações relativas a viagens realizadas ao estrangeiro com o objectivo de visitar e recolher informações sobre instituições educativas e científicas, quando se pretendia instalar em Portugal uma similar. Seleccionamos aqui apenas algumas que nos parecem mais representativas.

Em 1857, a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados apresenta uma proposta (que vem a ser aprovada) no sentido de ser cativada uma verba para a deslocação de dois “ajudantes” com vista a “visitar os principais observatórios estrangeiros, e praticar neles”²³. Estava-se numa época em que tinham sido encomendados novos instrumentos para o Observatório da Universidade de Coimbra e se pensava organizar o Observatório

²⁰ Ver os catálogos insertos nas “Referências bibliográficas”.

²¹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. 1871, sessão de 11 de Abril, p. 258.

²² Por exemplo: na sessão de 10 de Maio de 1871 é recebida uma representação de apoio, assinada por 58 estudantes da Universidade de Coimbra; na sessão de 12 de Maio, é recebida uma representação de apoio, subscrita por vários estudantes das diferentes Faculdades de Coimbra, e duas contrárias, respectivamente, assinadas por 41 alunos da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e 67 da Escola Médico-Cirúrgica do Porto; na sessão de 19 de Maio, é um número significativo de estudantes da Faculdade de Medicina e de outros colegas da Universidade que se manifestam contrários; na sessão de 26 de Maio, é a vez de 39 alunos dos cursos de Veterinária e Agronomia do Instituto Geral de Agricultura (Lisboa) apresentarem o seu apoio ao Projecto.

²³ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. 1857, sessão nocturna (n.º 14), de 17 de Junho, p. 297.

da capital. Por isso, estas estadias nos “observatórios mais acreditados dos países estrangeiros” iriam proporcionar conhecimentos aos estagiários “para depois poderem trabalhar com mais vantagem” em Portugal.

Em finais de 1860, é nomeado um lente da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, o conselheiro Rodrigo de Sousa Pinto, para visitar os Observatórios de Madrid, Paris, Bruxelas e Greenwich. Mas aproveita para visitar outros estabelecimentos de ensino, nomeadamente uma Escola Industrial em Madrid, para contactar com outros professores e cientistas e para observar, a 18 de Julho de 1860, um eclipse do sol no Cabo de Oropesa, situado próximo de Valência. No seu regresso, elabora um extenso relatório onde descreve minuciosamente os instrumentos principais existentes nos diferentes Observatórios, os espaços ocupados, a estrutura dos edifícios, os quadros de pessoal e respectivos vencimentos, uma apreciação de cada uma das instituições. No final do relatório apresenta algumas recomendações específicas porque julga “necessário atender seriamente aos seguintes pontos: qualidade dos actuais instrumentos do Observatório de Coimbra, número de empregados, natureza dos trabalhos, e retribuição destes” (Pinto, 1861, p. 28).

Na sequência da sua deslocação a Espanha para a observação daquele mesmo eclipse e que fora autorizada pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, o lente de Física Jacintho António de Souza é autorizado a visitar Observatórios astronómicos em Madrid, Paris, Bruxelas, Londres, Greenwich e Kew. Para uma visita que durou apenas cerca de mês e meio (Agosto-Setembro de 1860) é produzido um extenso relatório que nos dá uma ideia da dispersão e ocupação do bolseiro quando ele indica os diversos estabelecimentos de ensino e científicos por onde vai passando e os contactos que vai estabelecendo. No entanto, baseado em material escrito recolhido, pensamos nós, apresenta uma descrição bastante completa desses estabelecimentos. Na sua qualidade de Director do Gabinete de Física e da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, como “resultado prático” desse seu estudo, obteve autorização para adquirir um certo número de instrumentos magnéticos (Souza, 1862, p. 62).

Por outro lado, algumas visitas de curta duração têm lugar, quando alguém se deslocava para visita a Exposições Universais ou participação em Congressos Internacionais.

Mas, nem todas as visitas a estabelecimentos de ensino estrangeiros são realizadas com o apoio financeiro do Estado quer directamente através da Administração central, quer por intermédio das próprias direcções de instituições educativas que pretendiam estar actualizadas e proceder a alterações das suas estruturas. Por vezes, eram os indivíduos interessados que custeavam as suas viagens, feitas expressamente para esses estudos ou aproveitando alguma outra ocasião.

Em finais dos anos de Oitocentos, o ensino técnico profissional constituía uma das áreas de formação dos jovens portugueses que começava a dar os primeiros passos e, conseqüentemente, os primeiros frutos. Em 1884, aproveitando a sua deslocação à Exposição de Turim, Francisco da Fonseca Benevides, inspector da Circunscrição do Sul das Escolas Industriais e das de Desenho Industrial, realiza a suas expensas visitas a estabelecimentos congêneres em Itália, Alemanha e França, “com o intuito de se habilitar para proficientemente desempenhar as funções a seu cargo”. Estuda minuciosamente todos os estabelecimentos visitados e, muito especialmente, os cursos neles ministrados e os métodos adoptados no ensino do Desenho. Como conclusão, baseado no que constatou no estrangeiro, escreve de modo sucinto (somente em 13 linhas), que, aquelas estruturas deveriam ser implementadas em Portugal, “o que se pode esperar da execução dos decretos que criaram (...) os museus e escolas de desenho industrial” (Benevides, 1884, p. 26).

Também, em finais do século XIX, Alice Pestana aproveita umas férias no estrangeiro para, a título gracioso e por sugestão do seu amigo Bernardino Machado, visitar alguns estabelecimentos de educação profissional feminina. Como recompensa deste seu trabalho, Bernardino Machado consegue a publicação duma portaria de nomeação para este trabalho emanada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, cuja finalidade era apenas de natureza administrativa no que respeita ao fácil acesso a diferentes instituições²⁴. No extenso relatório elaborado após a visita, que veio a restringir-se a Paris, Alice Pestana afirma-se:

Muito honrada com a confiança de V. Ex.^a, e satisfeita por ter ocasião, sem nenhuma remuneração pecuniária²⁵, de prestar ao meu país, no momento em que o assaltam graves dificuldades económicas, um pequeno serviço, cuja índole e essência tanto se ligam com a melhor fonte de rejuvenescimento e reflorescência económica das nações (1893, p. 3).

Trata-se de um trabalho que excede em muito um mero relatório mas que reflecte todo o saber já adquirido anteriormente pela autora bem como a sua ampla formação intelectual.

3. As exposições universais e os congressos internacionais

A partir de meados do século XIX, a realização de exposições universais correspondeu a uma das primeiras manifestações do progresso da industrialização em alguns países europeus. Como há alguns anos atrás escrevia

²⁴ Portaria de 5 de Maio de 1893.

²⁵ O destaque é da autora.

a investigadora espanhola Pozo Andrés, relativamente à finalidade principal destas mostras internacionais,

llenas de espectacularidad y colorido, debido a la cuidadosa elección del espacio en el que se extendían y a la construcción de grandiosos edificios que las albergaban, era la exhibición didáctica de los logros técnicos conseguidos en multitud de manifestaciones particulares: Economía, Ciencias Naturales, Etnología, Comercio, Comunicaciones, Industria, educación y Artes Plásticas (1983, p. 165).

Estes eventos procuravam divulgar as inovações técnico-científicas que iam surgindo. Constituíam oportunidades para os portugueses tomarem conhecimento de novas realidades e de inovações registadas em outros países mais adiantados. Por isso, enquanto espelho da sua própria época, incentivavam a participação de especialistas de Portugal ligados à Educação e à Instrução e a elaboração de relatórios/monografias divulgando a situação da Instrução Pública do país.

Portugal participou desde 1855 nas exposições universais. Mas, a sua primeira representação no sector da Educação teve lugar na Exposição Universal de 1873, realizada em Viena de Áustria. O então Ministro do Reino, Rodrigues Sampaio, convidou os estabelecimentos de ensino superior, os liceus e as escolas de ensino primário a fazerem-se representar com “fotografias, plantas dos edifícios públicos em que funcionarem, estatísticas, horários, compêndios, catálogos, trabalhos dos alunos (...) publicações literárias e quaisquer outros objectos que possam dar luz sobre o movimento literário e científico de tais estabelecimentos” (Silveira, 1874, p. 65). Dos 26 expositores portugueses, foram distinguidos três com medalha de Mérito e nove receberam diploma de Mérito. O próprio Ministério do Reino recebeu uma medalha de Mérito atribuída a um edifício escolar construído em Lisboa. Na Exposição seguinte, realizada em Paris (1878), para além dos expositores foi elaborado um conjunto de monografias abrangendo variadíssimas instituições educativas. Estes trabalhos, embora dirigidos a um público estrangeiro, correspondem a levantamentos estatísticos e da realidade existente que, hoje, poderão constituir um útil material de estudo.

Embora o Governo tenha decidido não participar na Exposição Universal de Paris, realizada em 1889, Fonseca Benevides mostrando-se mais uma vez atento à sua actualização profissional, visita aquele evento e redige um relatório desenvolvido do que lhe foi proporcionado analisar quanto a estabelecimentos de ensino industrial e profissional que ocupavam, no seu dizer, “largas superfícies, e vastas salas (...) patenteando-se numerosos desenhos e trabalhos dos alunos dessas escolas, bem como mobília e material de ensino nas mesmas empregado” (Benevides, 1889, p. 3). A sua grande preocupação,

tal como já se percebia no estudo que ele apresentara anteriormente, situava-se no tipo de trabalho manual realizado tanto nas escolas industriais como nas escolas primárias. E, como homem da Educação bem informado, desenvolve o pensamento de pedagogos, com destaque para Pestalozzi e Froebel. Diz ele:

Entre os diversos modos de desenvolver a instrução, o ensino manual nas escolas, e a forma por que este deva ser ministrado, constituem uma das preocupações dos governos que pensam no ensino popular e industrial, que é uma arma valiosa que se entrega à juventude para brigar na grande luta da vida (Benevides, 1889, p. 39).

A essa mesma Exposição foi enviado pela Câmara Municipal de Lisboa um Mestre de Serralharia da Escola Primária Superior “Rodrigues Sampaio” com o encargo de recolher, durante 24 dias, informações relacionadas com a sua actividade profissional. Maravilhado com todos os sectores que ia visitando, fixa-se todavia nas galerias da indústria metalúrgica e nos trabalhos manuais levados à prática em diversos países, com destaque para a França e, também, com destaque para os trabalhos manuais em ferro. No seu relatório, estabelece comparações com a realidade portuguesa e sublinha de forma acentuada o facto da Exposição de 1889 ser “a confirmação da utilidade que resulta de aliar a uma instrução intelectual bem dirigida, a educação metódica e bem aplicada aos braços e ao órgão visual” (Fernandes, 1890, p. 4).

No entanto, uma participação a nível do Estado só se veio a registar na Exposição Universal de 1900, quando foram preparadas pequenas monografias sobre estabelecimentos escolares e descrições da situação dos diferentes níveis de ensino.

Uma última referência para os congressos internacionais, reuniões em que os participantes portugueses apresentavam comunicações mas também podiam estabelecer contactos com os seus pares estrangeiros. Tomamos como exemplo, a nomeação de Manuel Ferreira-Deusdado, quando era professor liceal, para representar o Governo português, em 1890, no Congresso Penitenciário Internacional, realizado em S. Petersburgo (Rússia), tendo sido eleito seu vice-presidente. Para esta importante reunião preparou Ferreira-Deusdado uma monografia intitulada *Idéas sobre educação correcional*. O tema não constituía para ele novidade pois, no ano anterior, dera à estampa um estudo desenvolvido sobre educação e criminalidade (1889), questões que estavam então na ordem do dia dos debates parlamentares. Após o Congresso, elaborou um extenso relatório, ilustrado com gravuras e concluído com um conjunto de reflexões que, a terem sido adoptadas em Portugal, corresponderiam a uma grande viragem nas atitudes educativas nas prisões (1891).

Mas, relativamente às políticas educativas, aos processos de aprendizagem e aos estabelecimentos de ensino, o Congresso Hispano-Português-Americano

realizado em 1892, em Madrid, constituiu uma ocasião para professores de todos os níveis de ensino e teóricos da Pedagogia elaborarem monografias sobre diversas temáticas e instituições educativas. Bernardino Machado, presidente da Secção Portuguesa, no seu discurso de encerramento dos trabalhos reconhece que o Congresso “foi incontestavelmente uma grande afirmação de doutrina e uma grande afirmação política”, no qual “nenhuma das verdades fundamentais que a ciência moderna formula em matéria de educação, deixou de ser aqui expendida e reivindicada” (Machado, 1892, p. 270).

Com um conjunto de cerca de quatro dezenas de comunicações, os participantes portugueses abordaram todos os níveis de ensino, muitos estabelecimentos escolares, didácticas específicas adoptadas em cadeiras dos ensinos médio e superior, em alguns casos, mostrando “a necessidade, cada vez mais imediata, de uma completa remodelação do nosso sistema de instrução pública (...), fundando-se na hierarquia teórica resultante da síntese positiva e inspirando-se nos princípios mais sãos da pedagogia moderna” (Bastos, 1892, p. 28). Do ponto de vista de uma conceptualização teórica, não podemos deixar de referir o extenso estudo apresentado por Bernardino Machado e intitulado *Introdução à pedagogia*.

4. Finalmente... Que repercussões tiveram essas especializações?

Começemos pelos pensionistas que obtinham a sua formação inicial em Belas Artes, no estrangeiro: alguns deles tornaram-se profissionais famosos, por exemplo, o caso do arquitecto Adães Bermudes, conhecido não só pelos seus edifícios públicos como pelo traçado de escolas de ensino primário, no início do século XX. Na área da Medicina, muitos foram os profissionais formados no estrangeiro que contribuíram para o desenvolvimento dos conhecimentos, em Portugal, e para a introdução de novas especialidades médicas.

No que respeita a estágios mais prolongados e a visitas de (in)formação, cremos que algumas não teriam tido repercussão em alterações visíveis. No entanto, registaram-se resultados em domínios científicos, desde a Engenharia à Astronomia e à Medicina. E, no que diz respeito a novas definições no sistema educativo, as influências são concretos no ensino industrial, com as visitas de Fonseca Benevides e na educação feminina com os estágios realizados por Alice Pestana.

Referências bibliográficas

- A questão da instrução pública em 1848*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1848.
- BASTOS, Teixeira, *Ideias geraes sobre a evolução da pedagogia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Relatorio sobre alguns estabelecimentos de instrução e escolas de desenho industrial em Itália, Allemanha e França e na Exposição de Turim de 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.
- _____. *Relatorio sobre as escolas industriaes e profissionaes na Exposição Universal de Paris de 1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
- CAMPOS, Ana Maria de Araújo Mota, *O professor liceal oitocentista. A génese de uma profissão*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006.
- Catalogo da exposição dos trabalhos dos alumnos da Escola de Bellas Artes de Lisboa aprovados no anno lectivo de 1890-1891 e dos pensionistas do estado em paiz estrangeiro do mesmo período*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1891.
- Catalogo da exposição dos trabalhos dos alumnos da Escola de Bellas Artes de Lisboa aprovados no anno lectivo de 189e-1894 e dos pensionistas do estado em paiz estrangeiro do mesmo período. 12.ª exposição annual*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1895.
- Catalogo da exposição dos trabalhos dos alumnos da Escola de Bellas Artes de Lisboa aprovados no anno lectivo de 1898-1899 e dos pensionistas do estado em paiz estrangeiro do mesmo período*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1899.
- FERNANDES, José Maria da Conceição, *O trabalho manual na escola. Visita à Exposição Universal de Paris de 1889. Relatório de... apresentado á Exma Câmara Municipal de Lisboa em 25 de Janeiro de 1890*. Lisboa: Typographia Mattos Moreira, 1890.
- FERREIRA-DEUSDADO, Manuel António, *Estudos sobre criminalidade e educação: philosophia e anthropogia*. Lisboa: imp. de Lucas Evangelista Torres, 1889.
- _____. *Idéas sobre educação correcional*. Lisboa: Guillard Aillaud & Ca., 1890.
- _____. *O ensino carcerario e o Congresso Penitenciário Internacional de S. Petersburgo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- LECOQC, João José, *Plano de fundação de uma escola normal para os professores destinados ao ensino mutuo, unida a uma classe pratica pelo mesmo methodo*. Datado de 11 de Dezembro de 1823 (I.A.N./T.T., Ministério do Reino, maço n.º 277).
- MACHADO, Bernardino (1892). *Discurso que no Congresso Pedagógico de Madrid proferiu ultimamente*. *Revista dos Lyceus*, ano 2, n.º 6, Novembro, pp. 270-272.
- _____. *Introdução á pedagogia*. Lisboa: Tipographia e Stereotypia Moderna, 1892.
- MURTA, José Guerreiro, *Evocação histórica do primeiro liceu de Lisboa e do País*. Lisboa: s. n., 1953.
- PESTANA, Alice, *Relatório de uma visita de estudo a estabelecimentos de ensino profissional do sexo feminino no estrangeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
- PINTO, Caetano, *A instrução primaria em Paris. Relatorio apresentado á Excellentissima Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

- PINTO, Rodrigo Ribeiro de Sousa, *Relatorio sobre a visita dos Observatorios de Madrid, Paris, Bruxellas e Greenwich*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1861.
- POZO ANDRÉS, Maria del Mar del, Presencia de la pedagogia española en las exposiciones universales del XIX. *Historia de la Educación. Revista Interuniversitária*, n.º 2, enero-diciembre, 1983, pp. 165-172.
- SENNA, António Maria de, *Relatorio d'uma viagem scientifica relativa ao trimestre decorrido de 15 de Novembro de 1878 a 15 de Fevereiro de 1879*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1879a.
- _____. *Relatorio d'uma viagem scientifica relativa ao trimestre decorrido de 15 de Fevereiro de 1879 a 15 de Maio de 1879*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1879b.
- _____. *Relatorio d'uma viagem scientifica relativa ao trimestre decorrido de 15 de Maio de 1878 a 15 de Agosto de 1879*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1880.
- SILVA, Ana Cristina; SILVÉRIO, Ana Lúcia Malhão, Sena, António Maria de (1845-1890). In Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário biográfico parlamentar. 1834-1910*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, vol. III (N-Z), pp. 621-623.
- SILVEIRA, Fradesso da, *Relatório do serviço do Commissariado Portuguez em Vienna de Austria na Exposição Universal de 1873 dirigido a Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luiz I pelo conselheiro... commissario regio*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.
- SIMÕES, A. A. da Costa, *Relatórios de uma viagem scientifica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.
- SOUZA, Jacintho António de, *Relatorio da visita aos estabelecimentos scientificos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greenwich e Kew ordenada pelas portarias do Ministério do Reino de 6 de Junho e 30 de Julho de 1860*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.

